

AS TRANSFORMAÇÕES NO HOSPITAL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PORTO DE MÓS, NA 3.^A DÉCADA DO SÉCULO XX

KEVIN CARREIRA SOARES*

MARIA ALEXANDRA CARLOS**

1. INTRODUÇÃO

Durante o século XX, as Misericórdias foram alvo de um conjunto de iniciativas legislativas com vista à sua revitalização económica, dotando-as de novos mecanismos de angariação de receitas e responsabilizando-as por um conjunto maior de modalidades assistenciais. Os impactos desta legislação são ainda mal conhecidos, uma vez que a maioria dos estudos sobre Misericórdias não avança para além do Liberalismo e menos ainda para a República ou o Estado Novo. Sabe-se, porém, que por meio destas medidas, muitas se reformaram, se fundaram outras em localidades onde não existiam¹.

Partindo da análise da documentação da Misericórdia de Porto de Mós, é objetivo do presente texto analisar as transformações ocorridas nesta instituição, na 3.^a década do século XX, mormente no seu hospital, função maior neste contexto. Esta observação será conduzida em dois planos. Em primeiro lugar, será objetivo promover uma leitura sobre os impactos que alguma legislação provocou nas contas e na administração da Irmandade, partindo dos livros de atas e dos orçamentos aprovados pela autoridade distrital. A segunda parte terá como intuito observar algumas das modificações que ocorreram no hospital, fazendo referência aos objetos médicos e cirúrgicos adquiridos e nas modificações da prática terapêutica que poderão ter potenciado.

* Doutorando PIUDHist — ICS-UL; Bolseiro FCT (PD/BD/128124/2016). kevincasores@gmail.com.

** FMUC. mariaalexandra@sapo.pt.

¹ Ver PAIVA & FONTES, 2010a: I, 7-8.

Ao longo do século XX, o papel das Misericórdias em questões de higiene e saúde foi determinante, particularmente no combate a doenças epidémicas graves como a gripe pneumónica — uma das maiores catástrofes do século — a cólera, a sífilis, entre outras. Num universo em que a esmagadora maioria dos estabelecimentos de saúde estava sob a sua alçada direta, foi necessário proceder à sua gradual transformação e adaptação, a dóta-los das ferramentas necessárias para responderem às novas exigências e paradigmas médicos e sanitários deste século². Estas alterações trouxeram ainda várias outras inovações, como a transformação do papel do enfermeiro e o tipo de cuidados fornecidos pelos hospitais. Nesta dinâmica, por todo o país, foi necessário concentrar esforços no sentido de melhorar as várias infraestruturas hospitalares, agora chamadas a responder a novas patologias e a fornecer cuidados médicos de crescente especialização³.

A cronologia escolhida, o período que medeia entre 1920 e 1930, reflete um problema concreto. A partir de 1920, os sucessivos governos adotaram múltiplas medidas com vista a auxiliar economicamente muitas Irmandades, dotando-as de novos mecanismos que permitissem a captação de novas receitas, a par de uma fiscalização cada vez mais eficaz⁴. Em contrapartida, o Estado procurou delegar um conjunto de atividades assistenciais que deviam ser asseguradas por estas instituições. Neste âmbito, importa destacar o decreto 10242, de 1 de novembro de 1924, que permitiu às Irmandades a cobrança de um adicional de 5% sobre as contribuições gerais do Estado. Este decreto significou um aumento considerável das receitas disponíveis para muitas delas, o que permitiu a realização de investimentos variados, alguns dos quais no sentido de renovar as infraestruturas existentes⁶. Serão esse impacto e essas transformações que se irão observar de seguida, a partir da documentação conhecida para a Misericórdia de Porto de Mós⁵.

² Ver PAIVA & FONTES, 2010a: I, 8-9 e 30-31. A afirmação do campo higienista que antecedeu às transformações em análise, fez-se sentir ao longo de todo o século XIX, ao que não foi alheio o impacto das luzes na centúria anterior, ver PEREIRA & PITA, 1993: 437-559.

³ Ver SANTOS, 2012: 301-339.

⁴ O ano de 1924 foi particularmente rico na aprovação de legislação com impacto económico sobre estas Irmandades, ver PAIVA & FONTES, 2010a: 13-17 e respetivas notas e, ainda, SÁ & LOPES, 2008: 101-103.

Refira-se que o aumento da fiscalização e a tomada de medidas com o objetivo de melhorar a condição económica das Misericórdias não é uma novidade do século XX. Pelo contrário, foi uma realidade desde a governação Filipina, particularmente reforçada durante o reinado de D. José (1750-1777) e continuada ao longo de todo o século XIX. Ver PAIVA & FONTES, 2010a: I, 13-14; LOPES, 2008: 131-176; LOPES, 2002: 79-117 e ABREU, 2002: 47-77.

⁵ Ver PAIVA & FONTES, 2010b: I, 129. Em Porto de Mós, esse decreto teve os primeiros ecos na sessão de 6 de dezembro de 1925, quando se decidiu inscrever 10000\$00 no orçamento que estava a ser preparada, «visto ser a [Misericórdia] a única Instituição de assistência existente neste concelho». Cf. Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós [AHSCMPM daqui para a frente] — *Atas da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós 1917-1928*, fl. 70.

2. O IMPACTO ECONÓMICO DA LEGISLAÇÃO DA DÉCADA DE 20

Olhando para a evolução das receitas orçamentadas, entre 1913/4 e 1927/8, o impacto desta legislação é evidente (ver Tabela 1 e Gráfico 1 e 2)⁶. A partir da atribuição do primeiro subsídio Estatal conhecido, em 12 de agosto de 1920, no valor de 2000\$00, estes apoios mantiveram uma tendência crescente nos anos seguintes⁷. Neste caso, o impacto do adicional de 5% sobre as contribuições do Estado, atribuído em virtude do decreto de novembro de 1924, representou um importante aumento do capital disponível. Em apenas dez anos, a receita geral cresceu de 1099\$25 para 37133\$39, montante 33 vezes superior. Este aumento de capital foi particularmente significativo, enquanto não houve um crescimento proporcional da despesa, a partir da introdução de novas modalidades de assistência prestadas à população, conforme previa o decreto de 1924. A necessidade de introduzir novos subsídios e cuidados surgiu pela primeira vez na sessão de 4 de agosto de 1929⁸. Até esta data, as sucessivas mesas utilizaram a verba captada para outros fins, nomeadamente, para ampliação e otimização da estrutura hospitalar e os serviços já assegurados.

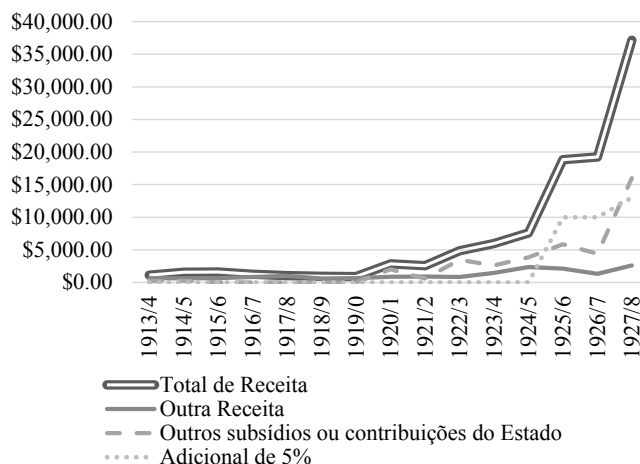
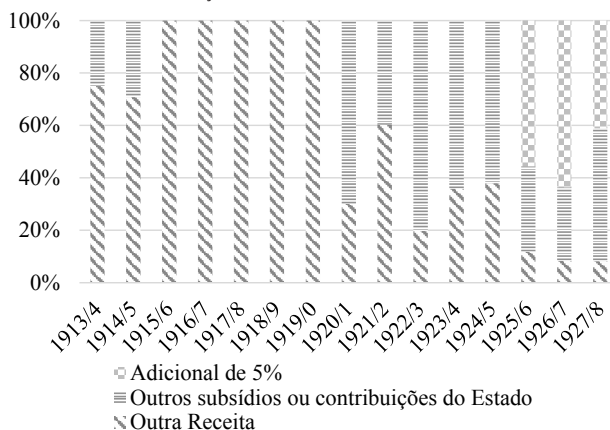
Tabela 1. Receita orçamentada entre 1912/3 e 1927/8 (escudos)

Anos	Adicional de 5%	Outros subsídios e/ou contribuições do Estado	Outras Receitas	Total de receita
1913/4	0\$00	216\$00	883\$25	1099\$25
1914/5	0\$00	259\$20	1293\$15	1552\$35
1915/6	0\$00	0\$00	1606\$50	1606\$50
1916/7	0\$00	0\$00	1265\$30	1265\$30
1917/8	0\$00	0\$00	1039\$55	1039\$55
1918/9	0\$00	0\$00	924\$60	924\$60
1919/0	0\$00	0\$00	896\$24	896\$24
1920/1	0\$00	2000\$00	859\$40	2859\$40
1921/2	0\$00	583\$40	1974\$54	2557\$94
1922/3	0\$00	3450\$04	1415\$68	4865\$72
1923/4	0\$00	2600\$00	3376\$34	5976\$34
1924/5	0\$00	3850\$00	3750\$76	7600\$76
1925/6	10000\$00	5866\$67	2971\$84	18838\$51
1926/7	10000\$00	4400\$00	4828\$01	19228\$01
1927/8	13000\$00	16000\$00	8133\$39	37133\$39

⁶ Os orçamentos utilizados foram encontrados no Arquivo Distrital de Leiria [ADLra daqui para a frente], existindo um hiato entre o ano económico de 1929/0 e o ano de 1942. No caso de 1928/9, apenas se encontrou o orçamento ordinário, estando ausente o orçamento suplementar aprovado. Ver ADLra — *Fundo do Governo Civil, Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós*, orçamentos ordinários e suplementares.

⁷ Ver AHSCMPM — *Atas da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós 1917-1928*, fl. 30.

⁸ Nesta data, os mesários constataram que era necessário colocar em funcionamento outras modalidades de assistência como o transporte de doentes para outros hospitais, sempre que a terapêutica necessária não existisse no concelho, os subsídios a grávidas, tuberculosos e inválidos de trabalho e os socorros domiciliários. Cf. AHSCMPM — *Atas da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós 1928-1933*, fl. 13v. Ver SOARES, 2016: 204-207.

Gráfico 1. Receita orçamentada entre 1912/3 e 1927/8 (escudos)**Gráfico 2.** Receita orçamentada entre 1912/3 e 1927/8 (% relativa)

Partindo dos índices de preços disponibilizados na obra *Estatísticas Históricas Portuguesas*, coordenada por Nuno Valério, é possível aferir que, de facto, a Misericórdia recuperou poder económico nos últimos três anos da amostra, pese embora as elevadas taxas de inflação que se verificaram ao longo destas décadas. Esta demonstração explica a disponibilidade de capital para recorrer a diversas obras e adquirir diverso material médico e cirúrgico⁹.

⁹Os índices têm por ano base 1914, conforme a obra referida. Foi preciosa a colaboração de Leonor Freire de Costa na recomendação de obras sobre este assunto, e de Lisbeth Rodrigues na construção e interpretação deste gráfico, colaborações que muito agradecemos. Ver BASTIEN, 2001: I, 636.



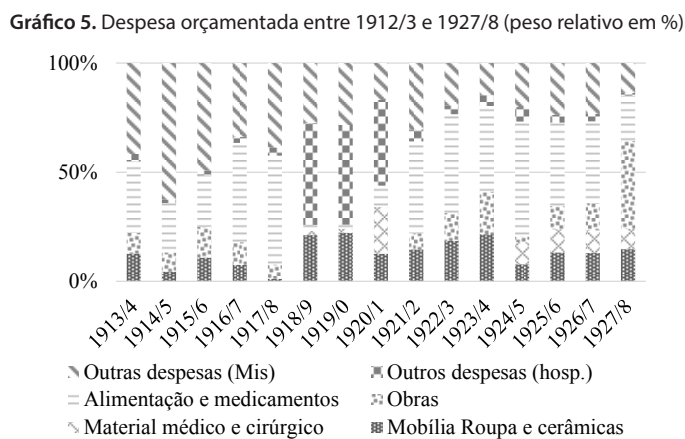
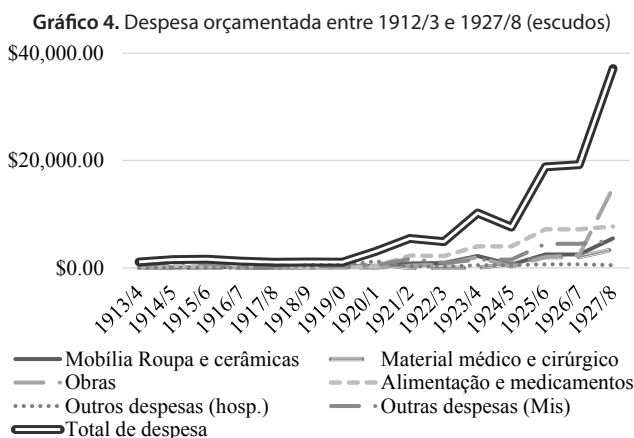
A análise da evolução da despesa, para o mesmo período, é reveladora deste aumento crescente de verba disponível e conseqüente melhora da capacidade financeira (ver Tabela 2 e Gráfico 4 e 5)¹⁰. Neste contexto, a soma das despesas relacionadas com o hospital, cresceu de 642\$05, no ano económico de 1913-14 (58% do total), para 32078\$21, em 1927/8 (86% do montante global das despesas). Neste último ano, foi importante a consignação de 14938\$01, destinada a obras no hospital. Este crescimento gradual e não linear, remete para o esforço que a Misericórdia fez na reformulação do seu edifício.

Tabela 2. Despesa orçamentada entre 1912/3 e 1927/8 (escudos)

Anos	Despesas Hospitalares					Outras despesas da Mis.	Total de despesa
	Mobília, roupa e cerâmicas	Material médico e cirúrgico	Obras	Alimentação e medicamentos	Outras despesas		
1913/4	140\$00	0\$00	104\$62	360\$00	37\$43	457\$20	1099\$25
1914/5	70\$00	0\$00	136\$15	350\$00	25\$00	971\$20	1552\$35
1915/6	175\$00	0\$00	225\$90	380\$00	35\$00	790\$60	1606\$50
1916/7	95\$00	0\$00	131\$80	575\$00	35\$00	428\$50	1265\$30
1917/8	12\$58	0\$00	68\$17	517\$30	40\$00	401\$50	1039\$55
1918/9	234\$20	20\$00	0\$00	27\$30	520\$00	302\$30	1103\$80
1919/0	234\$20	20\$00	0\$00	18\$32	480\$12	297\$80	1050\$44
1920/1	395\$20	660\$00	0\$00	305\$00	1218\$13	524\$80	3103\$13
1921/2	800\$00	0\$00	400\$00	2300\$00	300\$00	1657\$94	5457\$94

¹⁰ Ver ADLra — *Fundo do Governo Civil, Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós*, orçamentos ordinários e suplementares.

Anos	Despesas Hospitalares					Outras despesas da Mis.	Total de despesa
	Mobília, roupa e cerâmicas	Material médico e cirúrgico	Obras	Alimentação e medicamentos	Outras despesas		
1922/3	900\$00	0\$00	623\$10	2200\$00	200\$00	942\$62	4865\$72
1923/4	2200\$00	0\$00	2000\$00	4000\$00	500\$00	1506\$20	10206\$20
1924/5	600\$00	766\$11	200\$00	4000\$00	500\$00	1534\$65	7600\$76
1925/6	2500\$00	2000\$00	2000\$00	7200\$00	672\$51	4466\$00	18838\$51
1926/7	2500\$00	2000\$00	2389\$50	7200\$00	672\$51	4466\$00	19228\$01
1927/8	5500\$00	3440\$20	14938\$01	7700\$00	500\$00	5055\$18	37133\$39



3. AS MODIFICAÇÕES NO HOSPITAL DA MISERICÓRDIA NO ÂMBITO DA ALTERAÇÃO DE PARADIGMAS MÉDICOS

O investimento de capital em obras e material médico resultou na transformação profunda de todo o espaço, fruto também da alteração do tipo de cuidados que se prestavam nestes edifícios. Foi ao longo do século XX que os hospitais deixaram de ser espaços exclusivamente frequentados por indigentes, que muitas vezes se socorriam deles com patologias associadas à desnutrição e à debilidade dos corpos, associadas a uma condição de extrema pobreza. Por outro lado, além da já referida alteração do papel do enfermeiro, também o saber da medicina conheceu avanços decisivos e a formação de clínicos se desenvolveu e especializou. À escala local, foi igualmente relevante as atividades em torno da exploração mineira. A partir da fundação da Sociedade Mineira do Lena, em 1921, os acidentados no labor mineiro eram enviados para o Hospital da Misericórdia, cabendo à Sociedade Mineira o pagamento das expensas de internamento e tratamento. Em alguns anos, esta foi uma receita importante e um incentivo à especialização e melhoramentos dos cuidados aí prestados¹¹.

Com o objetivo de transmitir uma noção mais clara do tipo de alterações na estrutura que estes orçamentos invocam, foi possível importar uma breve descrição do edifício da Misericórdia, num jornal local, datada de 13 de novembro de 1910. Nesta ocasião, podia ler-se:

E' muito decente e bem tratado o edificio da Misericordia, cujo templo é dedicado á poética e ideal Mãe de Jesus. A casa do despacho está em ótimas condições bem como a sachristia, casa do cartório e do celleiro. A seguir á casa do despacho entra-se no hospital. Há anos tinha este o pavimento térreo, o que certamente não garantia a boa hygiene e limpeza, imprencindivel em instituições de tal caracter¹².

Pela descrição, é possível aferir que se tratava de um edifício único, de pequena dimensão, onde coexistiam as funções administrativas, um celeiro e um pequeno hospital que, até há poucos anos, se tinha localizado no piso térreo, tendo sido deslocado para o piso superior numa fase posterior.

Entre os vários projetos de obras que foram formulados durante estas décadas, um deles, de 1933, previa a realização de um conjunto de alterações estruturais ao

¹¹ A Sociedade Mineira do Lena, empresa que iniciou a exploração das minas de forma mais consistente, foi criada em 1921, tendo vendido as suas concessões e o seu património, em 1926, à empresa *The Match and Tabacco Timber Supply, Company*. Ao longo de toda a década de 1920 e 30, o fenómeno da exploração mineira teve um impacto económico e social significativo em toda a região, não apenas através da dinamização da economia, mas também através da introdução dos caminhos de ferro e instalação de uma central elétrica que permitiu a eletrificação do concelho, a partir de 1933. Sobre o tema do carvão da região ver, principalmente, BRANDÃO & NUNES, 2015 e BRANDÃO, 2016. Sobre a eletrificação do edifício da Misericórdia, ver SOARES, 2016: 190-191.

¹² Ver «Correio de Porto de Móz», n.º 49 (13 de novembro de 1910).

edifício da Misericórdia. Este projeto não mereceu atenção das instâncias superiores, facto que levou a mesa da Santa Casa a registar o seu desagrado, em sessão de junho de 1933. Nesta ocasião, fez-se uma breve descrição do estado do hospital que importa recuperar, uma vez que ilustra bem as transformações que o espaço estava a atravessar, com o objetivo de implementar novos serviços e cuidados médicos:

O hospital da Misericórdia desta vila acha-se instalado em parte de um edifício, que lhe pertence, estando a sua maior parte inaproveitado e até impróprio para nela se instalarem quaisquer serviços. A parte aproveitada é muito acaichada, e insuficiente para o movimento hospitalar, que é regular. Basta dizer que a sala de entrada está servindo actualmente, e ao mesmo tempo, de Banco Hospitalar, Posto Antisifilítico, Consultorio medico, e ainda Sala de Sessões da Mesa da Misericórdia¹³.

Há apenas actualmente duas enfermarias para homens servindo de enfermaria para mulheres dois quartos com pouco ar e luz e absolutamente impróprios para tál fim.

Pretende a Misericórdia além da Construção, nas condições referidas, do Banco Hospitalar e das duas enfermarias, e da beneficiação das Casas aproveitadas, adaptar varias Casas improveitadas para Sala da Sessões da Mesa da Misericórdia, para albergues, enfermaria, prisão e Casa Mortuaria.

Como a actual fossa não está em condições higiénicas torna-se necessário demoli-la construindo uma fossa séptica a uns trinta metros do edifício hospitalar. [...]

Renova, portanto, o seu pedido para a Concessão de subsídio indispensável e justo que ve, no presente momento, não só melhorar as condições do Hospital mas ainda melhorar[?] a sorte a mutos desempregados, mormente nesta época do ano em que o desemprego mais se fás sentir nesta região¹⁴.

Pese embora o facto de a situação ter sido potencialmente dramatizada, é útil a referência à existência de duas enfermarias masculinas e uma feminina (mais degradada), a intenção de melhorar as condições de higiene através do deslocamento da fossa e a referência a um crescimento considerável da clientela hospitalar, a que a atual estrutura não tinha como dar resposta eficaz. De notar a referência a um Banco Hospitalar, Posto Antissifilítico e Consultório médico, ausentes da primeira descrição.

¹³ O Banco Hospitalar dispõe de documentação que permite o estudo do seu movimento, que permanece por explorar até ao momento. Todas estas modalidades de assistência referidas remetem para serviços que foram instalados durante a década de 30 e que extrapolam o âmbito do presente texto. Para uma primeira descrição em torno da sua introdução e funcionamento, ver SOARES, 2016: 189-195.

¹⁴ Cf. AHSCMPM — *Atas da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós 1933-1938*, fl. 3-3v.

Olhando agora para a aquisição de material médico, importa referir que, a partir de 1925, o aumento de receita se traduziu também na compra de novos utensílios, ausentes até esse momento. Realmente, até 1926, as aquisições para o Hospital, feitas, em geral, a pedido da enfermeira, eram muito mais modestas, cingindo-se a artigos de primeira necessidade, como são exemplos louças e roupas de cama, em 1921¹⁵.

Em 1926, a Misericórdia começou por investir em materiais médicos e cirúrgicos menos especializados, como um aparelho para soro, um par de luvas, pinças de vários modelos, tesouras, escalpelos, seringas, agulhas e um abaixador de língua, entre outros, que viriam suprir necessidades mais básicas do hospital¹⁶. No ano seguinte, o conjunto de instrumentos do hospital foi reforçado com facas de amputação, um serrote, um boticão, uma máscara, um abre-bocas e um trocarte¹⁷.

Em 1928, as compras para o hospital denotam maior sofisticação e especialização. Assim, regista-se a compra de uma mesa de pensos com suporte para irrigador, várias pinças de diferentes tipos, uma rugina reta e outros materiais cirúrgicos. Adquiriu-se também, entre outros artigos, uma cadeira de otorrino, um blefaróstato e um bisturi curvo para gengivas¹⁸.

É de salientar, nesse ano, a aquisição de artigos para o exercício da ginecologia e obstetrícia e também para o apoio às novas mães durante a lactação. Nomeadamente, um esterilizador para fórceps, uma valva de *Kristeller*, uma pinça para placenta, quatro ventosas de *Bier*, uma ventosa para seio e uma bomba para ventosas e tubo intermediário¹⁹. Tendo em conta que, em 1917, tinha sido aprovado que não fosse acompanhada a gravidez no hospital²⁰, estes instrumentos relacionados com a gestação,

¹⁵ A 26 de junho de 1921, a enfermeira reclamou pela necessidade de adquirir bacias de cama, bacias de mãos, panelas, pratos, um jarro, cafeteiras e louças de barro. Ficou registada também a necessidade de comprar seis colchões, duas camisas de homem, duas camisas de mulher, seis panos de cozinha, seis travesseiros, seis fronhas e seis cobertores. Ver AHSCMPM — *Atas da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós 1927-1928*, fl. 35-36.

¹⁶ A 6 de junho de 1926, a pedido do Dr. Simão de Carvalho, foi decidido adquirir: um aparelho para soro, um par de luvas, um tubo de *Faucher*, uma pinça para colocar agrafos, uma pinça para retirar agrafos, uma seringa vesical, três pinças de *Pean*, três pinças de *Rochester*, uma pinça de disseção, duas tesouras, dois escalpelos, uma agulha de *Reverdin*, um estilete, uma sonda, um abaixador de língua, quatro seringas, dez agulhas e uma marquesa. Ver AHSCMPM — *Atas da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós 1917-1928*, fl. 72-72v.

¹⁷ A 29 de junho de 1927 regista-se a compra de duas facas de amputação, um serrote, um boticão, uma máscara, um abre-bocas e um trocarte. Ver AHSCMPM — *Atas da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós 1927-1928*, fl. 80-81.

¹⁸ A 3 de junho de 1928 regista-se o pagamento de um esterilizador para fórceps, uma valva de *Kristeller* grande, uma agulha, um blefaróstato, uma pinça para placenta e cálculos, um bisturi curvo para gengivas, uma pinça de *Ferguson*, uma pinça cortante, uma rugina reta, um amigdalótomo de *Matthew*, uma pinça em T e uma pinça para amígdalas. Fica também definido comprar uma mesa de pensos com suporte para irrigador e duas taças, quatro ventosas de *Bier*, uma ventosa para seio, uma bomba para ventosas e tubo intermediário, um frasco com tampo para algodão e gaze, um espelho frontal e uma cadeira para otorrino. Ver AHSCMPM — *Atas da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós 1927-1928*, fl. 94v.-95.

¹⁹ Ver AHSCMPM — *Atas da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós 1927-1928*, fl. 94v.-95.

²⁰ «Estando o médico presente foi aprovado que não entrassem doentes com Siphilis ou doenças tuberculosas ou gravidez no hospital.» Ver AHSCMPM — *Atas da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós 1927-1928*, fl. 5-5v.

o parto e a amamentação indicam que, em 1928, o campo de atuação deste hospital se tinha modificado, respondendo a necessidades mais específicas da população.

As listas de material requerido pelos dois médicos denotam ainda que não se praticava neste hospital uma medicina especializada com o sentido que hoje damos à expressão, mas também que esses campos médicos se começaram a introduzir nestes anos. De facto, as últimas listas remetem para uma situação de excecional aquisição de materiais relativamente díspares, cuja utilização estava reservada aos dois clínicos existentes. Estas aquisições, recorde-se, foram feitas num contexto de excedente de verba, numa ocasião em que as intervenções ao edifício se repetiam. Efetivamente, incluem-se nas listas objetos que vão desde os mais básicos aos usados em áreas mais específicas da medicina, incluindo a cirurgia, a ginecologia e obstetrícia, a medicina dentária, a ortopedia, a oftalmologia e a otorrinolaringologia²¹.

A preocupação com a higiene e a assepsia revela-se pela compra, em 1926 e 1927, de «*um par de luvas*» e «*uma máscara*», respetivamente²². Não querendo incorrer no erro do anacronismo, deve realçar-se que este dado aponta para a situação precária em que a medicina se operava. Esta máscara, neste contexto, deveria servir para todos os doentes e doenças em que a sua utilização fosse considerada necessária. Importa recordar que este era um hospital de pequena dimensão, no qual um dos médicos exercia a sua profissão havia mais de duas décadas²³, sendo os enfermeiros iletrados, sem qualquer preparação ou formação²⁴. Ainda assim, as preocupações higienistas tiveram eco em vários momentos. Neste campo, já em 1922, se registou a necessidade de mandar reparar a «*machina de desinfecção*» do Hospital, que já lá existia²⁵. Este cuidado esteve também presente na compra de um *esterilizador para fórceps*, em 3 de junho de 1928²⁶.

²¹ A título exemplificativo, na cirurgia destacam-se as várias pinças (de *Peau*, para colocar e retirar agafos, entre outras), bisturi, trocarte, tesouras e agulhas; na ginecologia e obstetrícia, a valva de *Kristeller*, o esterilizador de fórceps e a pinça para placenta; na medicina dentária, o boticão, o bisturi curvo para gengivas e o abre-bocas; na oftalmologia, o blefaróstato; na ortopedia, o serrote, a rugina reta e as facas de amputação; na otorrinolaringologia, a cadeira de otorrino, a pinça para amígdalas, o espelho frontal e o amigdalótomo de *Matthew*. Ver AHSCMPM — *Atas da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós 1927-1928*, fl. 72-72v, 80-81 e 94v.-95.

²² Ver AHSCMPM — *Atas da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós 1927-1928*, fl. 72-73 e 78v.-79.

²³ Adelino Pereira da Silva exerceu o cargo de médico do hospital, pelo menos desde 1896. Ainda em junho de 1927, há registo do pagamento de ordenado ao mesmo médico, a par de outro com o nome de Simões de Carvalho, ver AHSCMPM — *Atas da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós 1895-1898*, fl. 16v.-17 e *Atas da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós 1901-1909*, fl. 7, 65-65v. e 73-74.

²⁴ Em julho de 1970, o enfermeiro João Eleutério da Silva, com 83 anos de idade e 45 de serviço, pediu para passar à reforma, tendo em conta a sua debilidade física e impossibilidade de continuar a viver no hospital. De facto, o modelo de enfermeiro associado aos princípios da caridade cristão, sem qualquer formação especializada, com residência fixa no hospital, acompanhado da mulher que exercia funções similares, resistiu em Porto de Mós até muito tarde. Foi apenas em setembro de 1962 que se contratou uma enfermeira com curso de enfermeira-parteira, chamada a exercer funções nas várias valências que então integravam a Irmandade (Hospital, banco-hospitalar, consulta-dispensário e ainda, assistir na secretaria). Ver AHSCMPM — *Atas da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós 1962-1963*, fl. 57v.-60 e *Atas da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós 1969-1972*, fl. 35-35v. e 48-48v.

²⁵ Cf. AHSCMPM — *Atas da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós 1927-1928*, fl. 41.

²⁶ Cf. AHSCMPM — *Atas da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós 1927-1928*, fl. 94v.-95.

4. CONCLUSÃO

Entre 1920 e 1930, o hospital da Misericórdia de Porto de Mós foi objeto de diversas intervenções, quer no sentido de melhorar as suas infraestruturas, quer no de se atualizar e introduzir nas práticas e objetos que o saber médico dispunha naquele contexto. Esta transformação foi possível, em grande medida, devido aos impactos da legislação e dos subsídios estatais — entre os quais se deve destacar o decreto de novembro de 1924, que permitiu a captação do adicional de 5% por cento sobre as contribuições gerais. Apesar das diversas contingências apontadas, não há dúvida que todo o ambiente se alterou irrevogavelmente em Porto de Mós ao longo desta década. A alteração de paradigmas não é alheia ao progressivo avanço do conhecimento médico, à profissionalização e especialização gradual dos enfermeiros e à nova preocupação nacional com os sistemas públicos de saúde, como também à criação de novas infraestruturas de comunicação (como os caminhos de ferro), que facilitaram muitíssimo o transporte de vários objetos (particularmente os mais volumosos), bem como a transformação do tecido económica e social de toda a região.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Distrital de Leiria

ADL — *Fundo do Governo Civil, Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós*, orçamentos ordinários e suplementares para os respetivos anos.

Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós

AHSCPM — *Atas da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós* 1895-1898, 1901-1909, 1917-1928, 1928-1933, 1933-1938, 1962-1962, 1969-1972.

FONTES IMPRESSAS

Arquivo Distrital de Leiria

ADL — *Fundo do Governo Civil, Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós*, orçamentos ordinários e suplementares para os respetivos anos.

«Correio de Porto de Móz» n.º 29 (13 nov. 1910)

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Laurinda (2002) — *As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V*. In PAIVA, José Pedro, dir. — *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Fazer História das Misericórdias*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, p. 47-77.
- BASTIEN, Carlos (2001) — *Preços e Salários*. In VALÉRIO, Nuno, coord. — *Estatísticas Históricas Portuguesas*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, vol. I, p. 601-655.
- BRANDÃO, José Manuel (2015) — *Caminho de Ferro Mineiro do Lena: viagem interrompida*. In BRANDÃO, José Manuel; NUNES, Maria de Fátima, ed. — *Memórias do Carvão*. Batalha/Porto de Mós: Câmara Municipal da Batalha/Câmara Municipal de Porto de Mós, p. 109-132.
- BRANDÃO, José Manuel e NUNES, Maria de Fátima, ed. (2015) — *Memórias do Carvão*. Batalha: Câmara Municipal da Batalha; Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós.

- BRANDÃO, José Manuel (2016) — *História e Memória da Central Elétrica de Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós.
- LOPES, Maria Antónia (2002) — *As Misericórdias de D. José ao final do século XX*. In PAIVA, José Pedro, dir — *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Fazer História das Misericórdias*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, p. 79-117.
- ____ (2008) — *A intervenção da Coroa nas instituições de protecção social de 1750 a 1820*. «Revista de História das Ideias», vol. 29. p. 131-176.
- PAIVA, José Pedro; FONTES, Paulo F. Oliveira (2010a) — *Introdução*. In PAIVA, José Pedro; FONTES, Paulo F. Oliveira, dir. — *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Misericórdias e secularização num século turbulento (1910-2000)*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, vol. I, p. 7-36.
- ____ (2010b), dir. — *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Misericórdias e secularização num século turbulento (1910-2000)*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2 tomos.
- PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui (1993) — *Liturgia Higienista no século XIX. Pistas para um estudo*. «Revista de História das Ideias», vol. 14. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 437-559.
- SÁ, Isabel dos Guimarães; LOPES, Maria Antónia (2008) — *História breve das misericórdias portuguesas: 1498-2000*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- SANTOS, Luís Fernando Carvalhinho Lisboa dos (2012) — *Uma história da enfermagem em Portugal (1143-1973). A consciência do essencial num mundo em evolução permanente*. Lisboa: Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa. Tese de doutoramento.
- SOARES, Kevin Carreira (2016) — *A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós: do período liberal à contemporaneidade*. In GOMES, Saul António, coord. — *A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós. 500 anos de História*. Porto de Mós: Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, p. 133-227.